

A batalha no Congresso

27 FEVEREIRO 1992



Arquivo/AE

Souto: sem urgência.

Dois episódios ocorridos ontem — um na Câmara, outro no Senado — dão mostras dos embates que o governo deverá travar esse ano no Congresso para ver aprovados seus projetos. Na primeira reunião do novo Colégio de Líderes, na Câmara, ocorreu um impasse: nem o governo nem a oposição conseguiu maioria para aprovar as votações que considerava urgentes. O líder do governo, Humberto Souto (PFL-MG), queria urgência para o projeto que cria a Secretaria de Governo, o cargo destinado ao ministro Jorge Bornhausen. O PMDB, com o apoio dos demais partidos de oposição, queria urgência para a votação do projeto de decreto legislativo destinado a revogar o decreto presidencial que adiou para o ano que vem o pagamento das decisões judiciais em favor dos aposentados. Nova reunião foi marcada para o dia 10 de março.

No Senado, os partidos de oposição formalizaram o compromisso de integrar um bloco de maioria caso os governistas continuem insistindo no alinhamento para dar sustentação ao governo. Depois de quase duas horas de reunião, os lide-

res do PMDB, PSDB, PDT, PT e PSB, que juntos somam 43 senadores — a maioria absoluta — divulgaram uma nota firmando o compromisso. Na nota, os líderes afirmam que são contra a formação de blocos no Congresso, mas que

irão reagir à ação do governo neste sentido.

Por outro lado, o PTB pretende reforçar o bloco do governo na Câmara, formado pelo PFL, PRN e PSC, aumentando de 121 para 150 deputados a base garantida de apoio. Também no Senado o PTB deverá integrar-se ao bloco governista, admitiu o senador José Eduardo. Com esse tipo de adesão, o partido partirá para a reivindicação de um ministério.

Já o PDS, segundo o presidente nacional do partido, Paulo Maluf, vai tentar uma nova reproximação com o governo, enterrando de vez a ideia de formação de um bloco parlamentar independente. Acompanhado pelo novo líder pedessista, deputado José Luiz Maia, Maluf esteve com o ministro da Justiça, Jânio Passarinho, e disse que o PDS “não se alinhará automaticamente” ao Palácio do Planalto, mas vai aprovar os projetos “de interesse do País”.